

MAIS FORMAÇÃO PARA O SERVIDOR



**Escola do
Legislativo**
Estado de Goiás

FORMAÇÃO - CAPACITAÇÃO - INTEGRAÇÃO



ALEGO ORGANIZA CONCURSO PÚBLICO

Veja nas Páginas 4 e 5

SEJA NOTÍCIA EM 2018

Fevereiro marca o retorno dos trabalhos legislativos na Alego. Cada recomeço é, ao mesmo tempo, a chance de fazer uma história diferente e também de progredir nas ações bem sucedidas que perduram no tempo.

Em 2017 o Jornal Alego teve a oportunidade de contar sobre o quanto e como a Assembleia tem se transformado. Neste ano, daremos continuidade ao trabalho de informar os servidores da Casa e de outros órgãos sobre as iniciativas aqui desenvolvidas para aprimorar o serviço público em Goiás.

Entendemos que o ambiente laboral fica mais produtivo e agradável quando as pessoas não veem umas às outras como meras engrenagens, nomes sem rosto, trabalhadores sem história. Por isso, desde esta primeira edição de

2018, reforçamos nossa missão de abrir espaço para o servidor da Alego, seja efetivo, comissionado ou estagiário; chefe ou subordinado; veterano ou novato. Queremos que essas páginas sirvam para humanizar nossas relações e que esta publicação seja uma via de mão dupla, à qual todos tenham acesso para apresentar suas ideias e trajetórias.

Convidamos cada leitor a ser notícia, também no sentido mais amplo da expressão. Faça deste ano que se inicia um marco em sua vida. Aprenda, planeje, realize, protagonize! Tenha em mente tudo aquilo que você deseja para 2018 e trabalhe por cada conquista. Conte-nos suas iniciativas pelo e-mail jornalalego@al.go.leg.br e inspire toda a equipe da Casa do Povo!

Por dentro da história



MEMORIAL DO LEGISLATIVO

Em parceria com a UFG, a Diretoria Administrativa da Alego produziu o Memorial do Legislativo do Estado de Goiás. O projeto envolveu três anos de pesquisa e resultou em um amplo material, que reconta a história da Assembleia em textos, fotos e vídeos. Disponível no site portal.al.go.leg.br/memorial, toda essa produção demonstra a participação do Poder Legislativo em momentos decisivos para o desenvolvimento do estado.

“Para garantir a continuidade de todo o processo legislativo e da fiscalização sobre o Poder Executivo, que são responsabilidades do Parlamen-

to, há servidores em várias frentes. Quem trabalha nessa Casa pode carregar o orgulho de que estamos participando de algo grande. Desde o início, neste Poder define-se o futuro de Goiás”, enfatiza o diretor administrativo da Alego, Joel Sant’anna, responsável pelo convênio que viabilizou o Memorial.

São destaques da narrativa a recuperação de documentos históricos, como as atas das reuniões ordinárias desde 1947 e os registros das antigas sedes. Com o apoio da TV Assembleia e da TV UFG, ex-presidentes do Parlamento e outros ex-deputados foram entrevistados.

Conforme o diretor administrativo da Casa, o Memorial está constantemente aberto à atualização. “Contamos com a participação dos servidores. Qualquer um que tenha informações, documentos pertinentes ou contato com os parlamentares de legislaturas anteriores pode nos ajudar a contar essa história, a nossa história”, convoca Joel.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PARLAMENTO GOIANO

A pesquisa em parceria com a UFG também rendeu o **livro** O Poder Legislativo em Goiás: Memórias e Registros, dos professores Denise Paiva e Itami Campos. A obra, que destaca a presença das mulheres no Parlamento goiano, será publicada em março.

30 ANOS

CONSTITUIÇÃO

Em homenagem ao 30º aniversário da Carta Magna que ficou conhecida como Constituição Cidadã e da Constituição do Estado de Goiás, ao longo de 2018 a Alego vai desenvolver uma programação comemorativa, com informações sobre a história e a importância atual do Direito Constitucional. Fique ligado para participar!



Expediente

Diretoria-Geral Renato Meneses

Diretoria Administrativa Joel de Sant’anna Braga Filho

Diretoria de Articulação Política Marcos Martins

Diretoria de Assuntos Institucionais Frederico Fonseca Nascimento

Diretoria de Comunicação Social Túlio Isac Carneiro

Diretoria da Escola do Legislativo Carlos Henrique Santillo

Diretoria Financeira Alfredo Monteverde Ferreira

Diretoria de Informação e Divulgação da Presidência Paulo Tadeu Bittencourt

Diretoria Legislativa Marcelo de Araújo Melo

Diretoria Parlamentar Rubens Bueno Sardinha da Costa

Diretoria de Tecnologia e Gestão Leonardo Rassi Neto

Diretoria de Gestão de Pessoas Tasso Honorato Reis Júnior

Deputados

Álvaro Guimarães	Jeferson Rodrigues
Bruno Peixoto	José Neto
Carlos Antonio	José Vitti
Charles Bento	Karlos Cabral
Cláudio Meirelles	Lívio Luciano
Daniel Messac	Lincoln Tejota
Del. Adriana Accorsi	Lissauer Vieira
Diego Sorgatto	Luis Cesar Bueno
Dr. Antonio	Major Araújo
Eliane Pinheiro	Manoel de Oliveira
Francisco Jr	Marlúcio Pereira
Francisco Oliveira	Marquinho Palmerston
Gustavo Sebba	Nédio Leite
Helio de Sousa	Paulo Cézar Martins
Henrique Arantes	Santana Gomes
Henrique César	Sérgio Bravo
Humberto Aidar	Simeyzon Silveira
Isaura Lemos	Victor Priori
Iso Moreira	Virmondes Cruvinel
Júlio da Retífica	Wagner Siqueira
Jean Carlo	

Edição Lethícia Ávila (GO n. 2738)

Redação

Alessandra Sousa (TO n. 759)
Fran Rodrigues (GO n. 2340)
Victor Hugo Lopes (GO n. 1767)

Diagramação

Adriano Abreu
Doriocan Dias Vasconcelos (Doril)

Fotografia

Agência de Notícias da Alego

Impressão

Sete Gráfica e Editora

/AssembleiaGO

/tvassembleiagoias



TECNOLOGIA A SERVIÇO DA PRODUTIVIDADE

A secretaria de *Tecnologia da Informação*, Pollyana Moraes, faz um balanço sobre as ações da Secretaria no ano passado e apresenta projetos para este ano

Como as ações da Secretaria de TI em 2017 beneficiaram a gestão, os servidores da Casa e a sociedade?

Em 2017, a Secretaria de Tecnologia da Informação integrou ao Sistema de Gestão de Pessoas ações como Recadastramento, Atribuição e Revogação de Servidores Gratificados e Entrega da Declaração de Imposto de Renda. Como os processos eram feitos em papel, esse aprimoramento do sistema significou redução de custos com impressão, além de mais agilidade e comodidade no acompanhamento por parte do servidor interessado.

Em parceria com a Seção de Publicidade, Imagem e Identidade Corporativa (SPI), criamos o *Hotsite* da Nova Sede da Alego, no qual a população pode obter notícias sobre o andamento da obra e acompanhar a destinação dos recursos.

Para a Seção de Serviços Especiais de Engenharia de Segurança e de Medicina do Trabalho e Meio Ambiente (Sesmt), criamos um sistema

Foto: Ruber Couto



no qual serão inseridas informações para a geração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), que vai levar mais segurança ao nosso ambiente de trabalho. Também nesse sentido, criamos o Sistema de Controle de Visitantes, usado na entrada principal, para o acesso de pessoas às dependências da Casa.

Para 2018, quais são os projetos mais importantes e em que fase de desenvolvimento eles estão?

Nosso planejamento para o primeiro semestre está repleto de novos projetos. Realizaremos a troca de toda a estrutura de rede WiFi da Casa, melhorando o sinal e disponibilizando a rede para todos os servidores. Além de ampliar a quantidade atual de computadores da Casa, substituiremos os desktops antigos, pois já estão defasados e fora do período de garantia.

Vamos, ainda, reestruturar o sistema de controle de diárias, no qual os servidores farão a solicitação das diárias e acompanharão todo o trâmite, a fim de gerar mais controle e conferir transparência ao processo.

Já no segundo semestre pretendemos lançar o novo Portal da Alego. Junto à Diretoria de Comunicação Social e à (SPI) estamos trabalhando em um projeto de portal que atenda melhor às necessidades da população. Para isso, em dezembro essa equipe conjunta elaborou uma pesquisa interna, pedindo aos servidores sugestões de como melhorar o site.

Em pesquisa recente, o Portal da Transparéncia da Alego foi considerado o melhor do país. Que ferramentas lhe conferem essa posição de destaque?

Para a construção do atual Portal da Transparéncia, realizamos extensa pesquisa nos portais de todas as outras Assembleias Legislativas do país, além da Câmara dos Deputados e do Senado. Extraímos o que consideramos o melhor de cada e adicionamos outras funcionalidades que julgamos importantes para a sociedade. Acredito que ele tem destaque, com relação às outras Casas Legislativas, por ser de fácil acesso e navegação e possuir todas as informações sobre o funcionamento da Alego.

Porém, em 2018 ele será ainda melhor, pois estamos trabalhando para tornar mais eficiente o mecanismo de busca, ter um layout mais moderno, intuitivo e com disponibilização de dados abertos.

DIRETRIZES PARA O CONCU

Renovação do quadro de efetivos integra projeto que busca ampliar a eficiência da Casa

A Diretoria de Gestão de Pessoas, em parceria com as demais diretorias da Alego, traçou um plano estratégico com foco no aumento progressivo da eficiência do Poder Legislativo goiano até 2020. A iniciativa é composta por diversas etapas, que envolvem o ingresso do servidor, seu processo avaliativo no exercício da função e o plano de carreira.

São medidas previstas, por exemplo, o aumento da oferta de capacitação, o fortalecimento da estrutura da Escola do Legislativo e a vinculação da progressão salarial à qualificação e avaliação de desempenho. A ideia é identificar os talentos já existentes, propiciar o desenvolvimento de novas capacidades, consolidar o trabalho das equipes e tornar o plano de carreira compatível com a dedicação e os resultados entregues por cada servidor. Nesse cenário de mudança da cultura organizacional, a realização do próximo concurso assume um papel ainda mais relevante.

Mapeamento

O grupo de trabalho instituído pelo Conselho Gestor para mapear as vagas existentes encaminhou à administração da Casa um relatório com a atual situação do quadro efetivo da Alego, resultante das aposentadorias concretizadas nos últimos dois anos e das nomeações dos aprovados no concurso de 2015.

Por meio da avaliação do banco de dados e de entrevistas com chefes e diretores, o estudo identificou as prioridades de cada setor da Alego e apresentou sugestões para aperfeiçoamento da gestão de pessoas. Entre as mudanças está a demanda por novos cargos e pela reformulação de quantitativos e atribuições. No total, o documento propõe o ingresso de 196 servidores para o quadro efetivo da Casa. Tratam-se de vagas que podem ser distribuídas entre os cargos existentes e os novos cargos, preenchidas pelos aprovados do concurso a ser realizado neste ano, além do Cadastro de Reserva da seleção anterior, vigente até 31 de julho de 2019.

Concurso de 2015

O último concurso para provimento de cargos efetivos da Casa teve 84 vagas, distribuídas entre funções de níveis médio e superior. Além de convocar todos os aprovados dentro do número de vagas, reforçando seu compromisso com a qualidade técnica de seu corpo funcional, a Mesa Diretora nomeou 29 servidores do Cadastro de Reserva, o que representa 34,5% a mais que a previsão inicial. Com a prorrogação, a Alego tem mais um ano e cinco meses para convocar os aprovados na reserva desse concurso.

Próximo edital

No momento, a Comissão do Concurso trabalha na preparação do processo licitatório para a definição da Banca Organizadora. O cronograma ainda não foi definido, mas a expectativa da Casa é realizar o concurso no primeiro semestre. A seleção deste ano vai contar com cerca de 50 vagas.



Foto: Y. Maeda

Três perguntas para o Diretor de Tecnologia e Gestão, Leo Rassi

Como o fato de ser ano eleitoral influencia a realização do concurso?

A legislação eleitoral não impede o concurso, mas determina que, para nomear os aprovados ainda em 2018, é preciso homologar o resultado do certame até 90 dias antes das eleições. Por isso, estamos trabalhando para que todo o trâmite ocorra até o início de julho. Terminamos o trabalho de levantamento das vagas do quadro efetivo da Assembleia e apresentamos o relatório ao Conselho Gestor, que o relacionou à questão orçamentária e às adequações necessárias, como a Resolução que cria cargos antes não contemplados.

No momento, a Comissão do Concurso, constituída por servidores efetivos da Casa, trabalha no processo licitatório para a escolha da Banca.

Por que o concurso é necessário?

É importante deixar claro que não há qualquer irregularidade em fazer um novo concurso. Ao contrário, o edital atenderá ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Alego e o Ministério Público (MP-GO). A Casa prorrogou a vigência do edital de 2015, para seleção de Analistas e Assistentes, e tem a intenção de aproveitar esse Cadastro de Reserva, conforme demanda e disponibilidade financeira. Entretanto, a análise do cotidiano da Alego demonstrou a necessidade de prover outros cargos, não contemplados no edital anterior.

Assim, o concurso é importante para suprir novas áreas técnicas, compensar a evasão decorrente das aposentadorias e, na perspectiva administrativa e organizacional, dar continuidade ao planejamento e conferir uma visão de longo prazo às atividades da Casa. Nossa intuito é selecionar profissionais de qualidade, que considerem a Alego um projeto permanente, pois quando o servidor vê o cargo como um trampolim para novos concursos, esse planejamento fica prejudicado.

Como será o processo de seleção?

A forma de seleção para ingresso dos servidores precisa ser revista. Há candidatos que são mais concorseiros, mais teóricos que práticos. Essa é uma crítica que faço não aos aprovados, quero deixar claro, mas ao modelo de seleção. Temos discutido a necessidade de valorizar nas provas aspectos mais práticos de cada profissão, pois queremos selecionar pessoas com vivência prática e expertise nas áreas que pleiteiam ocupar.



RSO PÚBLICO DE 2018

E depois da posse?

Servidora efetiva da Alego há quase um ano, Bruna reflete sobre a preparação para o concurso público e o que significa trabalhar no Legislativo

Por Bruna Mastrella | TV Assembleia

“ A Assembleia Legislativa de Goiás segue rumo à realização de seu terceiro concurso público. Antes mesmo da publicação do edital, cursinhos preparatórios já iniciam turmas e as comunidades virtuais que reúnem concursados ficam bastante movimentadas. Atraídos pela estabilidade e remuneração acima da média oferecida pela iniciativa privada, milhares de candidatos certamente se inscreverão no certame. Já me encaixei nesse perfil e tive a alegria de ser nomeada para o cargo que desejei. Simultaneamente à preparação para a prova, penso que vislumbrar a construção de uma carreira profissional é essencial aos futuros servidores da Casa.

É bem verdade que o chamado Primeiro Setor há tempos é desacreditado, e as razões são pertinentes. Muito se deve à má prestação de serviços públicos e à existência de castas do funcionalismo público cheias de privilégios moralmente questionáveis, o que gera um fisiologismo que nada agrupa ao serviço público. Proporcionalmente, contudo, trata-se de uma camada numericamente pequena e pouco representativa do funcionalismo em geral.

Como servidora da Alego, constato todos os dias a presença de pessoas comprometidas, que se empenham e se esforçam. Elas estão em todos os departamentos. E é com satisfação que afirmo: são a grande maioria. Desvios existem, mas não se trata de um demérito específico do funcionalismo público. A iniciativa privada também tem seus pontos obscuros e, portanto, não é parâmetro absoluto de ambiente laboral perfeito.

Como já era servidora pública antes, vir para a Alego apenas reforçou o entendimento que venho construindo sobre o trabalho no segmento. O dia a dia por aqui, entretanto, possui certas peculiaridades. Como Poder constituído, o Legislativo tem atribuições específicas: fiscalizar o Executivo e aprovar as leis estaduais. E enquanto servidores desta Casa, passa por nós importante parcela de responsabilidade de garantir o bom funcionamento do Parlamento goiano, já que somos um corpo de trabalhadores que propicia aos legisladores o exercício de suas funções.

Penso que os futuros servidores devem ter em mente que a Alego personifica as aspirações po-

pulares por uma sociedade mais justa e com oportunidades para todos. E para os que já se preparam para o concurso: dedique-se, priorizem a leitura do Regimento Interno da Casa e, principalmente, tragam com vocês metas profissionais e a compreensão sobre as atribuições do Legislativo!

”



Foto: Carlos Costa



Foto: Ruber Couto

GESTÃO DE CONTRATOS

No dia 13 de dezembro, durante workshop realizado pela Diretoria Geral em parceria com o Controle Interno, foi lançado o Guia Prático para Gestão de Contratos. O documento explica o decreto administrativo nº 2.769/17 e o passo a passo de procedimentos como concessão de diárias, aquisições e contratações.



CAPACITAÇÃO EM FOCO

Nove servidores da Alego participaram do *Microsoft Tech Summit*, em São Paulo, no início de dezembro. A capacitação teve como objetivo tirar dúvidas sobre ferramentas de gestão, que são usadas em alguns setores da Alego, como o *Teams* e o *Planner*, entre outras funcionalidades do Office 365. “Queremos ampliar essa tecnologia para todos os servidores da Casa, mas antes é preciso aprender tudo que podemos desenvolver com o Office 365”, afirmou o diretor de Tecnologia e Gestão, Leo Rassi.



Foto: Denise Xavier

POLÍCIA SOLIDÁRIA

A Polícia Legislativa da Alego, em parceria com a PM, deu início ao projeto no dia 15 de dezembro, na Escola Municipal Maria Helena Batista Bretas, que fica no setor Urias Magalhães, em Goiânia. Às crianças e adolescentes atendidos, a Polícia Solidária levou entretenimento e orientações de combate ao uso de drogas.



SAÚDE DO SERVIDOR

Como parte do programa de adequação ergonômica dos postos de trabalho na Alego, em dezembro o Sesmt entregou 496 cadeiras novas. Conforme o cronograma de 2018, há outras 298 unidades para distribuição entre os diversos setores da Casa.



Foto: Denise Xavier

CONFRATERNIZAÇÃO

Também no dia 13 de dezembro foi realizada a confraternização dos servidores da Alego. O evento marcou a inauguração das luzes decorativas, que trouxeram o brilho do Natal para a Casa do Povo.



Foto: Denise Xavier

ENTREGA DE PRESENTES

Em nome de todas as crianças e adolescentes que receberam os presentes doados na campanha Natal Solidário Alego 2017, agradecemos a participação de cada servidor e parlamentar que adotou uma cartinha. Em dezembro, as entregas foram feitas nas instituições atendidas.



LEILÃO

Com foco na economia, no final de 2017 a Alego realizou um leilão de 48 automóveis. “Terceirizamos a frota para que não haja gastos extras derivados de problemas com os carros, já que tudo fica a cargo da empresa que ganhou a licitação”, explicou o diretor administrativo, Joel Sant’anna.



CADERNO DA OBRA E AS ETAPAS

Lançada em dezembro, a publicação apresenta informações detalhadas sobre o andamento e as etapas da construção da nova sede, localizada no Park Lozandes.

“Montamos o grupo de trabalho que tem se esforçado muito para concretizar todas as etapas dessa construção. Temos uma equipe motivada, inclusive com a colaboração de outros órgãos”, afirmou o responsável técnico da obra, engenheiro Rodrigo Santos. Um termo de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça do Estado está sendo finalizado para viabilizar a cessão de um engenheiro eletricista que também vai atuar na obra.

EFICIÊNCIA NA GESTÃO DE RECURSOS

Controle Interno e Comissão Permanente de Licitação oferecem suporte aos departamentos da Casa em prol de mais transparência e resultados

Comissão de Licitação

Conforme a Lei 8.666/93, a licitação é o processo administrativo por meio do qual o setor público analisa as opções disponíveis para contratação e escolhe as empresas que se tornarão fornecedoras dos produtos e serviços demandados.

Na Alego, essa função envolve a Comissão Permanente de Licitação (CPL), a quem “compete planejar, coordenar, supervisionar e executar o processo de licitação da Assembleia Legislativa e outras tarefas correlatas com a área” (Resolução nº 1007, artigo 11, parágrafo 5º).

Servidor efetivo da Casa há oito anos e presidente da Comissão desde fevereiro de 2015, Frederico Leão explica que os métodos adotados pela CPL foram modernizados.

“Os procedimentos licitatórios passaram a ser realizados por meio da internet, com os chamados Pregões Eletrônicos e Cotações Eletrônicas, conferindo maior transparência, competitividade, economicidade, imparcialidade e eficiência nas aquisições”, elenca.



Foto: Marcos Kennedy

Relatório de 2017

Entre os principais impactos dessa mudança, Frederico destaca a redução de prazos dos processos de aquisição e uma economia superior a dois milhões de reais (R\$ 2.262.695,48), cerca de 35% menos que os valores inicialmente previstos para as contratações. No pregão presencial este índice foi de 23% e nas cotações eletrônicas, 10,15%.

O relatório anual da CPL demonstra que tramitaram na Casa 121 processos destinados a aquisições e contratações. O texto destaca como importantes medidas adotadas a edição dos decretos administrativos nº 2.769 e 2.770. “Eles definiram e fixaram, de forma clara e objetiva, fluxos e responsabilidades para os envolvidos nesta cadeia de compras”, aponta o documento.

O presidente da CPL define, ainda, ganhos em credibilidade para a Casa, já que qualquer cidadão pode acompanhar os contratos firmados pelo Poder Legislativo e as despesas deles decorrentes. A Assembleia também passou a inserir nos editais mecanismos que garantem mais imparcialidade às seleções. “Em nome da probidade administrativa, nossos editais contêm uma regra que impede servidores, Deputados Estaduais e até mesmo seus parentes até terceiro grau de firmar contrato com a Casa”, detalha o presidente da CPL.

Tais resultados refletem o programa de capacitação dos servidores, instrumento de disseminação de técnicas mais atuais e práticas que seguem as recomendações dos Tribunais de Contas e demais órgãos de controle.

Controle Interno

Em 2017, diversas medidas foram recomendadas aos setores internos e aos órgãos superiores para implementar adequações voltadas à melhoria da gestão administrativa e operacional da Alego. O secretário de Controle Interno da Alego, Aroldo Brito, foi um dos responsáveis pela readequação da estrutura normativa e física que ampliou os resultados do setor. “Na gestão do presidente José Vitti foram efetivadas várias sugestões de normatizações pela Secretaria de Controle Interno, no sentido de regulamentar, atualizar e otimizar algumas atividades e propiciar a melhoria da gestão”, aponta Aroldo.

Por determinação legal, a Secretaria atua em procedimentos como licitação, contratos e pagamentos; verificação da execução orçamentária; acompanhamento da elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, da Tomada de Contas Anual ao Tribunal de Contas do Estado (TCE); realização de auditorias, fiscalizações e inspeções e cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entre as tarefas executadas no ano passado, o secretário destaca o fundo rotativo, a apresentação de declaração de imposto de renda, a portaria de designação de servidores para cumprimento de ações e envio de informações aos órgãos de controle externo, o protocolo e recebimento de documentos administrativos e o manual de ações de controle. O Controle Interno também integrou grupos de trabalho para normatização dos procedimentos de aquisição de bens e serviços e a retomada da obra de construção da nova sede.

“Nas inúmeras análises dos processos de contratações e pagamentos, foram realizadas várias diligências com apontamentos e sugestões. Tais medidas na busca de melhoria das atividades administrativas da Casa, aliadas à dedicação de todos os servidores e Diretorias, contribuíram para manter a probidade administrativa e propiciar ainda mais transparência e confiança à Alego”, elogia Aroldo.

A Secretaria de Controle Interno terá como principais desafios para 2018 manter o ritmo das atividades em execução e apresentar inovações no sentido de otimizar sua missão institucional e consolidar sua atuação interna, principalmente por meio do cumprimento do Plano Anual de Atividades e das ações de controle já apresentadas, autorizadas e aprovadas pela atual Presidência, conforme Decreto Administrativo nº 2.788 de 1º de novembro de 2017.



Foto: Ruber Couto

NOVAS COMPETÊNCIAS PARA A ESCOLA DO LEGISLATIVO

Resolução aprovada em dezembro modifica a estrutura da Escola do Legislativo e amplia seu campo de atuação em prol da formação dos servidores e do conhecimento científico sobre o Legislativo goiano

Desde sua criação, em 2004, a Escola do Legislativo da Alego desenvolve atividades técnico-científicas com os objetivos de qualificar os servidores da Casa e promover a aproximação entre o Poder Legislativo e a comunidade. Com a Resolução aprovada em 20 de dezembro de 2017, a Escola adquire novos instrumentos para o alcance dessas metas, equiparando-se a instituições do porte da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Estudo prévio

Por meio de um estudo comparativo entre as Escolas de Governo brasileiras, a direção da Alego conheceu estratégias de modernização, que, na prática, transformam as escolas em “Universidades Corporativas”, ampliando suas competências e desempenho.

Apesar dos bons resultados obtidos pela Escola do Legislativo goiana, a comparação apontou que era possível chegarmos ainda mais longe. Na pesquisa, destacaram-se, por exemplo, a Enap e as Assembleias de Minas Gerais e do Rio Grande do Norte, que serviram de inspiração para a Alego.

No segundo semestre do ano passado, foram realizadas diversas reuniões entre a Diretoria-Geral, a Escola do Legislativo e a Diretoria de Tecnologia e Gestão em busca de um consenso acerca do novo patamar almejado para a Escola. Assessor da Diretoria-Geral, Faustino Matos é um dos colaboradores que integram esse processo. Ele explica que as comparações detectaram a necessidade de modificar a legislação, no sentido de autorizar o emprego de mais recursos financeiros e humanos.

Fomento à Pesquisa

Uma das principais mudanças é que agora a Escola do Legislativo poderá custear, total ou parcialmente, projetos relacionados à atuação da Alego. Podem ser beneficiados indivíduos aprovados em seleção pública ou instituições sem fins lucrativos. As modalidades de fomento são bolsas de pesquisa, formação e apoio técnico.

“O objetivo é estimular o desenvolvimento e a aplicação de Políticas Públicas, no âmbito do Estado de Goiás e, ainda, subsidiar os trabalhos parlamentares, com vistas à definição de medidas que estimulem o desenvolvimento estadual”, explica Faustino.

O diretor da Escola, Carlos Santillo, acrescenta que as mudanças vão gerar oportunidades de formação para os servidores da Casa, que, sem distinção de vínculo, poderão ingressar em cursos de qualidade com o apoio da Alego. “Já estamos buscando uma parceria com a UFG, para oferecer aos servidores do Legislativo vagas em programas de mestrado. Estes deverão atuar como multiplicadores dos conhecimentos adquiridos, nas vertentes de formação, pesquisa e extensão junto ao Banco de Colaboradores da Escola do Legislativo”, destaca Santillo.

Parcerias para Pós-graduação de Servidores

Diversificação da Equipe Docente

Cursos de Extensão para Comunidade Externa

Recursos para Pesquisas

Nova Estrutura Gestora

Banco de Colaboradores

Anteriormente, os professores da Escola do Legislativo eram voluntários. Tanto o servidor da Casa quanto o profissional de fora não poderia receber pelo serviço docente prestado à instituição. Agora, à medida que surgirem as demandas, serão destinados recursos para a seleção e contratação formal de professores, pesquisadores, palestrantes, convidados, monitores e tutores, que têm atribuições distintas definidas na Resolução. Para as atividades de professor, palestrante ou conferencista, os Graduados vão receber R\$ 50,00 por hora-aula; os Especialistas fazem jus à remuneração de R\$ 80,00; para os Mestres o valor da hora-aula será R\$ 120,00 e aos Doutores, R\$ 150,00. Já nas funções de monitor e tutor, a ajuda de custo está limitada a 30% dos valores acima citados.

Todos esses profissionais serão selecionados por mérito, tendo como critérios a titularidade, a experiência docente comprovada, a participação em atividades da Escola e o desempenho obtido pelo colaborador nas avaliações, a serem realizadas pelos discentes e pela administração.

Fiscalização e Gestão

Nenhum colaborador pode ultrapassar o limite de 300 horas-aula por ano. Em se tratando de servidor da Alego, é preciso que a atividade ocorra fora de sua jornada regular de trabalho. Caso contrário, o servidor deverá compensar a carga horária por meio de banco de horas. A Resolução prevê, inclusive, medidas disciplinares a quem descumprir qualquer das determinações. O Conselho Escolar, órgão consultivo e deliberativo formado por servidores do quadro, é responsável por planejar e executar ações das áreas pedagógica e administrativa. Sobre ele, instaura-se o Conselho Gestor, órgão deliberativo máximo, cujos integrantes são definidos pela Resolução:

FORMAÇÃO DO CONSELHO GESTOR

- Presidente da Escola (presidente da Alego);
- Diretor-Geral da Assembleia Legislativa;
- Diretor de Tecnologia e Gestão;
- Diretor de Gestão de Pessoas;
- Diretor da Escola do Legislativo;
- Secretário-Geral da Escola do Legislativo.

Membro dos dois conselhos, Carlos Santillo afirma que as mudanças também trazem vantagens para a sociedade. “O projeto permitirá a criação de ações específicas de extensão comunitária, além de fortalecer a democracia brasileira, mediante a implementação de ações voltadas à capacitação de lideranças comunitárias”, finaliza.